Mercator, Fortaleza, v. 24, e24021, 2025 ISSN:1984-2201

EVIDÊNCIAS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

https://doi.org/10.36517/rm2025.e24021

Campos, L.A. [a]* - Oliveira, A.K.M [b] - Silva, G.E. [c]

(a) Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3831-0368. **LATTES:** http://lattes.cnpq.br/7608307386809452.
(b) Doutor em Ciências
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9373-9573. **LATTES:** http://lattes.cnpq.br/9681273613446080.
(c) Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional
ORCID: http://orcid.org/0000-0003-1679-619X. **LATTES:** http://lattes.cnpq.br/6436458894173516.

Article history:
Received 06 June, 2025
Accepted 13 June, 2025
Published 10 October, 2025

(*) CORRESPONDING AUTHOR
Address: UNEMAT. Campus Universitário de Juara. Rodovia Juara-Brasnorte - Km 02 Zona Rural, Zip Code: 78550000, Juara (MT), Brazil. Phone: (+55 66) 3556-2940
E-mail: lacamp@unemat.br

ARTIGO

Resumo

O Vale do Arinos, Mato Grosso, possui uma forte presença da agricultura familiar que enfrenta uma série de desafios. Deste modo, objetivou-se avaliar o perfil dos agricultores familiares com coleta de dados realizada por meio de levantamento do Censo Agropecuário 2017, municípios de Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos e Tabaporã. Embora a agricultura familiar domine o panorama rural com 76,8% dos estabelecimentos, seu número vem diminuindo gradativamente, com queda de 8,3% entre 2006 e 2017. Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento é a falta de titulação das terras, pois sem a posse legal, os agricultores não podem acessar o crédito rural e investir em suas propriedades, além do envelhecimento da população e a migração dos jovens para as cidades. A principal atividade econômica é a criação de bovinos, respondendo por grande parte da renda dos produtores, uma concentração que pode torná-los vulneráveis.

Palavras-chave: Sistemas Agrários; Pequenas Propriedades Rurais; Produtores Familiares.

Abstract / Resumen

EVIDENCE FROM THE 2017 AGRICULTURAL CENSUS

The Arinos Valley, Mato Grosso, has a strong presence of family farming that faces a series of challenges. Thus, the aim was to evaluate the profile of family farmers with data collection carried out through a survey of the 2017 Agricultural Census, municipalities of Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos and Tabaporã. Although family farming dominates the rural landscape with 76.8% of establishments, the number of properties has been gradually decreasing, with a drop of 8.3% between 2006 and 2017. One of the main obstacles to the development is the lack of land titles, because without legal ownership, farmers cannot access rural credit and invest in their properties beyond the aging of the population and the migration of young people to cities. The main economic activity is cattle raising, accounting for a large part of the producers' income, a concentration that can make them vulnerable.

Keywords: Agrarian Systems; Small Rural Properties; Family Producers.

EVIDENCIAS DEL CENSO AGROPECUARIO 2017

Vale do Arinos, Mato Grosso, tiene una fuerte presencia de agricultura familiar que enfrenta una serie de desafíos. De esta manera, el objetivo fue evaluar el perfil de los agricultores familiares con la recolección de datos realizada a través de una encuesta del Censo Agropecuario de 2017, en los municipios de Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos y Tabaporã. Si bien la agricultura familiar domina el paisaje rural con el 76,8% de los establecimientos, su número ha ido disminuyendo paulatinamente, con una caída del 8,3% entre 2006 y 2017. Uno de los principales obstáculos al desarrollo es la falta de titulación de tierras, ya que sin propiedad legal, los agricultores no pueden acceder al crédito rural e invertir en sus propiedades, además del envejecimiento de la población y la migración de jóvenes a las ciudades. La principal actividad económica es la ganadería, que representa gran parte de los ingresos de los productores, concentración que puede hacerlos vulnerables.

Palabras-clave: Sistemas Agrarios; Pequeñas Propiedades Rurales; Productores Familiares.

This is an open access article under the CC-BY 3.0 Creative Commons license

INTRODUÇÃO

O Brasil, um país de dimensões continentais, implementou em diferentes governos políticas de distribuição de terras para os agricultores familiares, resultando em um número expressivo de pequenos produtores. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 existem 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, sendo 3.897.408 da agricultura familiar e 1.175.916, outros estabelecimentos (IBGE, 2017). O estado de Mato Grosso, um grande produtor de commodities de grande valor comercial, como a soja, também recebeu muitos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária (PARA) em diversas regiões, que coexistem com a agricultura empresarial, de características distintas e com demandas específicas.

Apesar do processo de distribuição de terras, no Brasil está ocorrendo uma redução na população rural, o que pode ser observado nos dados do IBGE, demonstrando que entre 2006 e 2017 ocorreu uma redução de 2,0% na quantidade total de trabalhadores no campo, principalmente entre os produtores mais jovens (menos de 45 anos), sobretudo em pequenas propriedades rurais (IBGE, 2017). Mato Grosso, como as outras unidades federativas localizadas no Centro-Oeste, possui sua base econômica alicerçada no agronegócio, com a produção de commodities em grande escala, como por exemplo, soja, milho, algodão, carne e celulose, entre outras, produzidas normalmente em grandes propriedades (IBGE, 2017; MATO GROSSO, 2023). O agronegócio tem levado o estado a apresentar crescimentos recordes, graças às safras de milho e soja e, mais recentemente, algodão e carne bovina, levando ao segundo maior crescimento econômico médio brasileiro (4,5% ao ano) (MATO GROSSO, 2023).

O estado também recebeu dezenas de PARA, distribuídos em suas diferentes regiões, importantes na produção de alimentos considerados básicos para a população, como arroz, feijão e leite, entre outros (COUTO, 2013). Uma das regiões envolvidas no processo é o Vale do Arinos, formado pelos municípios de Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos e Tabaporã, localizados no noroeste do estado em área de transição para o bioma Amazônico, bastante parecidos tanto na forma de colonização como nas atividades produtivas realizadas pelos colonos, vindos de diversas partes do Brasil, principalmente da região Sul (SILVA, 2018).

Neste processo os municípios foram formados a partir da atuação de empresas de colonizações, sendo o mais antigo Porto dos Gaúchos, fundado em 1955 (MEYER, 2015) e elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 1945, de 11 de novembro de 1963, por meio do desmembramento do município de Diamantino (MATO GROSSO, 1993). Os demais municípios foram originados de Porto dos Gaúchos em anos subsequentes (MEYER, 2015), apresentando algumas características comuns, tais como a predominância de atividades econômicas baseadas na extração de madeira, pecuária e agricultura e, embora alguns municípios possam ter uma área urbana mais desenvolvida, a população é predominantemente rural (IBGE, 2022).

Inicialmente, a principal atividade dos produtores eram as pequenas lavouras, mas, devido às dificuldades estruturais e logísticas, principalmente a falta de estradas, buscaram outras fontes econômicas, como a extração de madeira, considerando a abundância destas nas florestas e posteriormente, a criação de gado, resultado dos incentivos fiscais (PICOLI, 2006; MARTINS, 2009). Este processo favoreceu os grandes proprietários na obtenção de incentivos fiscais para a implantação de pastagens e posteriormente, áreas de cultivo voltadas às commodities e ao agronegócio, o que estimulou a instalação de empresários rurais na região (COUTO, 2013).

Entretanto, parte dos pequenos proprietários foi prejudicada em seu desenvolvimento econômico, levando ao abandono dos estabelecimentos rurais devido as dificuldades no gerenciamento de suas propriedades. Tal situação, de acordo com Silva (2018, p. 13), é relacionada a problemas estruturais existentes nos assentamentos, principalmente associadas às escolas, pois "muitas famílias acabaram indo para a cidade em busca de melhores condições de estudos para seus filhos". Lima et al. (2020) também destacam o envelhecimento da população rural, o que pode ser confirmado em IBGE (2017), que mostra o maior número de produtores concentrados nas faixas etárias acima de 45 anos (72,7%). Como consequência observa-se uma redução na participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários: em 2006 esses estabelecimentos representavam 84,4% do total, enquanto em 2017 esse número caiu para 76,8%, o que corresponde a uma redução de 7,5% (IBGE, 2017).

A agricultura familiar, de acordo com o Atlas do Espaço Rural Brasileiro (IBGE, 2020), agrupa a maior quantidade de unidades produtivas rurais, contribuindo com a oferta de empregos relacionados às atividades agropecuárias associadas às atividades do campo. É um sistema de produção baseado em pequenos grupos sociais que desempenham uma relevante contribuição na produção de alimentos, garantindo segurança alimentar aos brasileiros (SAVOLDI e CUNHA, 2010).

Visando valorizar este grupo, em 24 de junho de 2006 foi promulgada a Lei n.º 11.326, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). Em 31 de maio de 2017 foi publicado o Decreto Federal n.º 9.064 regulamentando a referida Lei, estabelecendo no Art. 3º os critérios que classificam o agricultor familiar, sendo eles: (I). Possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; (II). Utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e geração de renda; (III). Auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu empreendimento; e, (IV). Ser a gestão do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2017). Levando-se em consideração a importância deste grupo de agricultores, objetivou-se avaliar o perfil dos agricultores familiares do Vale do Arinos por meio da análise dos dados socioeconômicos dos produtores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ÁREA DE ESTUDO

A região do Vale do Arinos (Figura 1), objeto deste estudo, apresenta características de transição do bioma Cerrado para Amazônia, do qual fazem parte os municípios de Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos e Tabaporã.

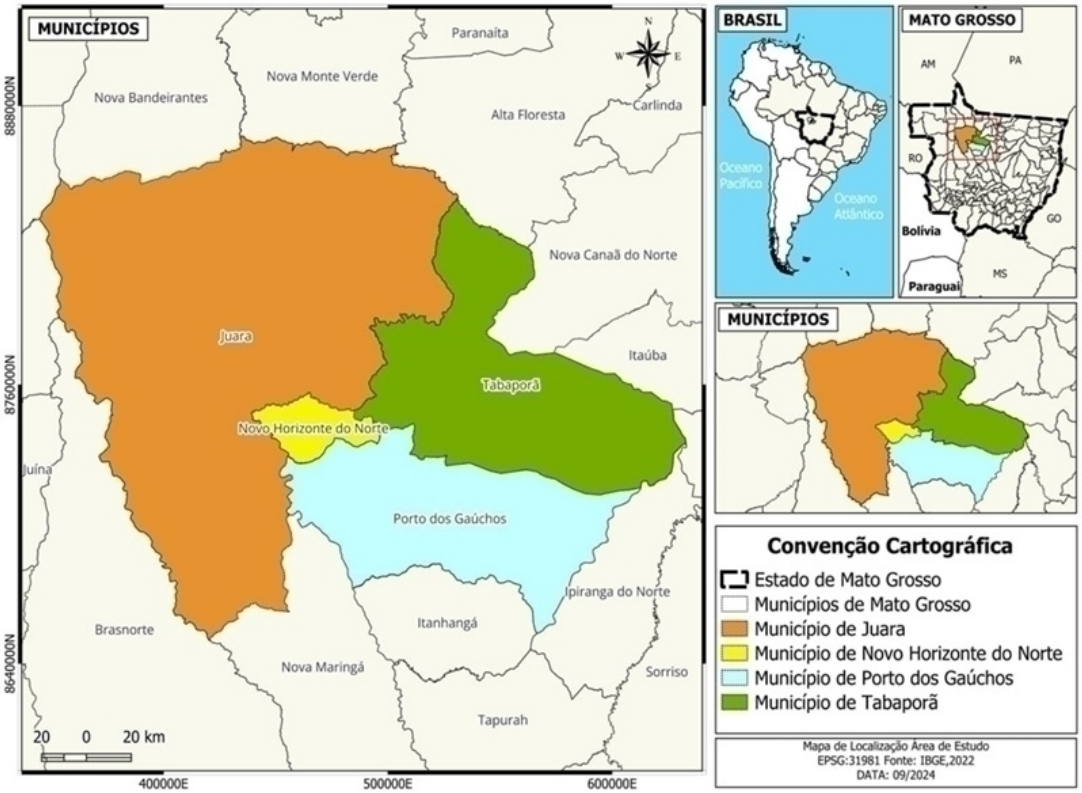

Figura 1 - Microrregião do Vale de Arinos, Mato Grosso. Fonte: Os autores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo se caracteriza quanto aos objetivos, como um estudo exploratório-descritivo. É considerado exploratório por buscar construir uma compreensão sobre o tema agricultura familiar. Ao mesmo tempo, assume um carater descritivo ao procurar apresentar a importância desse segmento, com base nas informações obtidas na fase exploratória, utilizando como referência os dados oriundos do Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017). Em relação aos métodos, foram utilizados a pesquisa documental e levantamento de dados secundários disponibilizados pelo IBGE. Os dados foram coletados por meio da pesquisa telematizada (online), com informações extraídos do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA), um banco de indicadores (ambientais, sociais, demográficos e econômicos) de séries históricas (IBGE, 2006; 2017). A coleta teve por finalidade analisar o perfil socioeconômico dos produtores e realizar, quando possível, comparações envolvendo as informações sobre a agricultura familiar em Mato Grosso e municípios que compõem o Vale do Arinos.

O levantamento de dados foi estruturado e fundamentado de acordo com os pressupostos do método qualitativo, que segundo Gil (2022), possibilita ao pesquisador diversas informações sobre os assuntos de pesquisas realizadas por outros autores. De acordo com Fachim (2017), a pesquisa qualitativa leva o pesquisador ao encontro dos temas pesquisados, auxiliando sobremaneira no amadurecimento sobre o assunto e, também na análise dos dados, permitindo a compreensão da pesquisa nas perspectivas de outros pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Mato Grosso, a maior parte dos estabelecimentos rurais pertence à agricultura familiar, embora tenha havido uma redução nesse número (7,2%), acompanhada do aumento no número de propriedades não familiares (Tabela 1). No Vale do Arinos, a participação também diminui em 8,3%, enquanto aumentou o percentual de estabelecimentos não familiares. Observa-se que os municípios de Juara e Novo Horizonte do Norte apresentaram crescimento no número de propriedades familiares, enquanto em Porto dos Gaúchos e Tabaporã houve redução (Tabela 1).

Estabelecimentos Agropecuários		2006	%	2017	%
Mato Grosso	Não familiar	27.172	24,0	37.044	31,2
	Familiar	85.815	75,9	81.635	68,8
	Total	**112.987**	**100,0**	**118.679**	**100,0**
Vale do Arinos	Não familiar	705	21,8	992	30,1
	Familiar	2.526	78,2	2.301	69,9
	Total	**3.231**	**100,0**	**3.293**	**100,0**
Juara	Não familiar	419	34,6	540	32,0
	Familiar	793	65,4	1.149	68,0
	Total	**1.212**	**100,0**	**1.689**	**100,0**
Novo Horizonte do Norte	Não Familiar	31	6,8	103	18,8
	Familiar	426	93,2	445	81,2
	Total	**457**	**100**	**548**	**100,0**
Porto dos Gaúchos	Não familiar	114	26,3	151	50,3
	Familiar	320	73,7	149	49,7
	Total	**434**	**100,0**	**300**	**100,0**
Tabaporã	Não familiar	141	12,5	198	26,2
	Familiar	987	87,5	558	73,8
	Total	**1.128**	**100,0**	**756**	**100,0**

Tabela 1 - Estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares no Vale do Arinos e seus municípios, Mato Grosso, 2006/2017

Na região de estudo, o número de estabelecimentos rurais teve incremento discreto (1,9%) no período avaliado, com forte crescimento para empreendimentos não familiares (40,7%) e redução para a agricultura familiar (8,9%) (Tabela 1). De acordo com Silva (2018) o aumento no número de

propriedades não familiares é resultado da entrada de produtores do agronegócio advindos de várias regiões do país. O Censo Agropecuário de 2017 indica que no Brasil ocorre uma prevalência de propriedades familiares (76,8%), em relação aos estabelecimentos não familiares (23,2%) (IBGE, 2017). Esses números são bastante relevantes e demonstram que o campo é composto por diversas vertentes, desde as voltadas à produção de commodities para o mercado interno e externo, caracterizando-se, quase sempre, como agronegócio em grandes propriedades, mas também pequenos produtores e sistemas agrícolas tradicionais, com produção para o consumo próprio, com a venda de excedentes.

Entretanto, deve-se ressaltar que apesar do maior número de propriedades familiares, elas representam a menor área, em comparação com as propriedades não familiares, que somam 49,8 milhões de hectares (90,7%) (IBGE, 2017), indicando a concentração de terras nas mãos de poucos produtores, um padrão na maior parte do Brasil (ZENERATTI, 2021) e Mato Grosso (VIEIRA e FABRINI, 2024). Neste sentido, Cosme (2020) afirma que nos últimos anos está ocorrendo uma maior concentração fundiária no Brasil.

Silva (2001), em sua obra "O que é questão agrária", realiza uma abrangente abordagem sobre o tema e aponta vários problemas que envolvem a população rural de baixa renda e a distribuição de terras, desestimulando-os na permanência de suas atividades. Um dos problemas é a concentração de terras, que se caracteriza pela posse de grandes propriedades para um pequeno grupo de pessoas, dificultando o acesso à terra, o que leva a busca de melhores condições de vida nas cidades. Outro desafio a ser enfrentado e que força os agricultores familiares a deixarem o campo é a pobreza, pois muitos não têm acesso a serviços básicos, o que aumenta sua marginalização, contribuindo para o abandono das propriedades.

Em relação ao processo de obtenção dos estabelecimentos, a maior parte das propriedades tem origem na compra de terras de particulares (neste processo o agricultor compra o lote e começa sua atividade), com exceção de Tabaporã, que possui um número expressivo de estabelecimentos derivados dos PARA (Tabela 2). Tal situação indica a pequena presença do Estado e suas políticas no processo de aquisição de terras por aqueles economicamente menos favorecidos, uma situação padrão no Brasil e em Mato Grosso (SILVA, 2001).

Forma de obtenção	**Unidades com titulação**						**Sem titulação**
	Juara	**NHN**	**PG**	**Tb**	**Vale do Arinos**	**Mato Grosso**	**Mato Grosso**
Compra de particular	798	295	116	305	1.514	44.956	1.576
Compra crédito fundiário (Banco)	34	4	-	1	39	1.380	481
Concessão e terra indígena	7	6	-	6	19	1.594	421
Titulação - reforma agrária	-	36	1	243	280	10.479	4.965
Posse não titulada	170	35	-	3	208	4.023	-
Quilombolas	-	-	-	-	-	46	1.011
Herança, doação ou não sabe	115	113	29	20	277	10.640	155
Usucapião	2	1	-	2	5	241	225
Total	**1.126**	**490**	**146**	**580**	**2.342**	**72.801**	**8.834**

Tabela 2 - Principais formas de obtenção de terras pelo agricultor familiar, Vale do Arinos, Mato Grosso

O Atlas do Espaço Rural Brasileiro (IBGE, 2020) pondera que, no que diz respeito às formas de aquisição de terras pelos agricultores familiares, a maioria dos produtores obtém suas terras por meio de compra de particulares. Essa realidade também ser também se observa em Mato Grosso, sendo a compra via crédito fundiário importante no processo. Silva (2008) e Martins (2010) afirmam que a propriedade privada é tratada como uma mercadoria e, por isso, na maioria das vezes, é acessível apenas àqueles que podem pagar por ela (um grupo restrito), enquanto os menos favorecidos encontravam-se impedidos de adquiri-la devido à limitação de seus recursos financeiros. Oliveira (1988) escreve que o Estatuto da Terra (Lei n.o 4.504) de 1964, embora mencione a possibilidade de redistribuição de terras pela reforma agrária, não foi efetivado e continua sendo uma utopia. A concentração fundiária permanece com padrão, realidade que pode ser observada tanto em Mato Grosso quanto no restante do país.

O processo de obtenção de terras por meio de usucapião não se destaca (Tabela 2), sobressaindo-se mais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, com essa forma de aquisição apresentando menor percentual no restante do país, como em Mato Grosso, indicando uma consolidação nos processos formais de aquisição de terras por meio de compra e venda (IBGE, 2020). Também se observada um pequeno número de aquisições de terras por quilombolas, o que indica a predominância de produtores brancos na região, conforme já mencionado por Vieira e Fabrini (2024), apesar de Mato Grosso ser reconhecido por abrigar grande número de quilombos (MULLER et al., 2015). Tal situação reforça o que Silva (2008) e Martins (2010) afirmam, em que a propriedade privada é acessível apenas àqueles que podem pagar por ela, enquanto os menos favorecidos, como os quilombolas, enfrentam problemas na sua aquisição. O número de titulações ou relacionadas aos PARA é a segunda maior forma de obtenção de terras e seu número poderia ser maior, pois existe muitas posses não tituladas (Tabela 2), o que prejudica bastante o desenvolvimento dos assentamentos, pois o título de domínio possibilita um conjunto de acessos ao crédito rural. No estado havia 72.801 estabelecimentos da agricultura familiar com titulação e 8.834 sem titulação, sendo que dessas, 2.342 se encontravam no Vale do Arinos, com maior número de posses não tituladas em Juara (Tabela 2).

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a posse não titulada se refere a área que faz parte de um PARA sem titulação formal para o morador, indicando que apesar de estar ocupando a terra, ainda não possui um documento oficial que reconheça sua propriedade. Ela pode ocorrer durante o processo de regularização fundiária, onde a entidade responsável realiza verificações, avaliações e procedimentos legais para conceder os títulos de propriedade, com os ocupantes tendo direito de uso, mas não a titulação formal (MAPA, 2019). O processo pode ser burocrático e esta situação é um problema, pois muitos assentamentos são antigos e seus moradores já deveriam ter seus títulos de posse, o que dificulta sua manutenção na área ocupada (SILVA, 2018).

A distribuição de imóveis rurais pelos PARA é realizada por meio de título de domínio ou concessão de uso (BRASIL, 1993; SANTOS, 2019). No entanto, o caput do art. 189 da Constituição Federal de 1988 estabelece que esses títulos sejam inegociáveis por um período de dez anos (BRASIL, 1988). No mesmo sentido, a Lei n.º 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 determina que o título de domínio será concedido com uma condição resolutiva, significando que após este tempo, período necessário para que o assentado complete as etapas para alcançar a independência econômica, ele receberá o título definitivo. Mas o assentado não terá o direito de dispor livremente da propriedade enquanto não quitar todas as parcelas devidas ao INCRA e, em caso de inadimplência, ocorrerá a adjudicação do imóvel (retorna ao INCRA) (BRASIL, 1993).

Um ponto que se destaca no Vale do Arinos é a predominância de agricultores homens (Tabela 3), em um processo indicando masculinização do campo e/ou invisibilidade das mulheres, com características gerais semelhantes aos encontrados em diferentes regiões brasileiras (LIMA et al., 2020), com predominância do gênero masculino entre os trabalhadores (81,3% homens e 18,6%, mulheres), similar ao encontrado em Mato Grosso (VIEIRA e FABRINI, 2024). O processo de envelhecimento da população rural também é percebido na região (Tabela 3), em que a maior parte dos agricultores possui idade entre 45-64 anos, situação similar ao que ocorre no Brasil, como mencionado por Brumer (2004) e, em algumas regiões de São Paulo (LIMA et al., 2020) e Mato Grosso (VIEIRA e FABRINI, 2024).

O trabalho produtivo realizado pelas mulheres no campo aparece com números muitos menores, em relação aos homens (Tabela 3). Brumer (2024) descreve que normalmente o trabalho não é valorizado e sim percebido mais como um auxílio aos homens ou às famílias, caracterizando uma tarefa acessória, mesmo quando as esposas labutam tanto quanto os seus maridos, às vezes, nas mesmas atividades, sendo que em muitos momentos tal ação é percebida como uma extensão inerente de cônjuge e mãe dentro da agricultura familiar.

Deste modo, os números demonstram que, no meio rural, a invisibilidade feminina também está presente nos processos de relações sociais e econômicas, como se os trabalhos realizados por elas em seus domicílios ou auxiliando nos trabalhos braçais dos maridos ou das famílias, não tivessem valor ou preço quantitativo de troca. Para Faria (2009), essa invisibilidade reforça a desigualdade do gênero no campo, com o autor apregoando que há no meio rural um controle, familial e comunitário, que se relacionam com a moral familiar e sexual, com a desigualdade entranhada na hierarquia familiar baseada na divisão sexual do trabalho.

Idade e sexo		18-34	35-44	45-54	55-64	>65	Total
Juara	Homens	107	159	218	238	204	**926**
	Mulheres	27	44	65	48	39	**223**
	Total	**134**	**203**	**283**	**286**	**243**	**1.149**
Novo Horizonte do Norte	Homens	25	46	103	121	96	**391**
	Mulheres	3	10	18	9	14	**54**
	Total	**28**	**56**	**121**	**130**	**110**	**445**
Porto dos Gaúchos	Homens	6	18	30	41	34	**129**
	Mulheres	2	1	6	7	4	**20**
	Total	**8**	**19**	**36**	**48**	**38**	**149**
Tabaporã	Homens	26	91	161	114	102	**494**
	Mulheres	10	10	15	19	10	**64**
	Total	**36**	**101**	**176**	**133**	**112**	**558**
Vale do Arinos	Homens	164	314	512	514	436	**1.940**
	Mulheres	42	65	104	590	67	**361**
	Total	**206**	**379**	**616**	**1.104**	**503**	**2.301**

Tabela 3 - Idade e sexo do produtor familiar, Vale do Arinos, Mato Grosso, 2017

Na agricultura familiar, Hirata e Kergoat (2007) evidenciam que na divisão sexual das atividades, é quase sempre atribuição do homem a responsabilidade das atividades produtivas da agricultura, como representar a sua família publicamente. O papel da mulher é cuidar dos trabalhos domésticos e de acordo com Boris (2014), estão ligados a carinhos e afetos destinados a família e vistos na sociedade como atividades naturais da mulher e, por isso, com sua importância ignorada.

De acordo com Sabbato et al. (2009) existe uma dificuldade em reconhecer a mulher como líder familiar, devido aos arraigados padrões culturais patriarcais e neste contexto as mulheres são frequentemente colocadas em segundo plano, enquanto a liderança familial é automaticamente atribuída aos homens, mesmo que estes não sejam os principais provedores. Os autores também afirmam que a liderança exercida por mulheres muitas vezes está associada a situações de maior vulnerabilidade social e econômica e isso acontece devido a diversos fatores, como a falta de acesso igualitário à terra, crédito e recursos produtivos, bem como a menor valorização social da liderança feminina.

Em relação ao nível de alfabetização e cor da pele dos agricultores familiares (Tabela 4), a maior parte (88,0%) sabe ler e escrever, com predominância de agricultores de cor branca (58,8%) e entre os que se declararam da cor branca, 53,0% são alfabetizados, enquanto os negros, 7,7% e pardos, 26,2%. Vieira e Fabrini (2024) já relataram tal situação para o estado, indicando que o Vale do Arinos é um microcosmo de Mato Grosso.

Local	Escolaridade	Branca	Negra	Amarela	Parda	Indígena	Total
Juara	Alfabetizado	607	82	6	318	1	1014
	Não alfabetizado	72	17	-	46	-	135
	Total	**679**	**99**	**6**	**364**	**1**	**1.149**
Novo Horizonte do Norte	Alfabetizado	219	41	1	106	-	367
	Não alfabetizado	40	12	-	26	-	78
	Total	**259**	**53**	**1**	**132**	**-**	**445**
Porto dos Gaúchos	Alfabetizado	86	13	2	36	-	137
	Não alfabetizado	1	4	-	7	-	12
	Total	**87**	**17**	**2**	**43**	**-**	**149**
Tabaporã	Alfabetizado	308	42	13	143	-	506
	Não alfabetizado	21	10	-	20	1	52
	Total	**329**	**52**	**13**	**163**	**1**	**558**
Vale do Arinos	Alfabetizado	1.220	178	22	603	1	2.024
	Não alfabetizado	134	43	-	99	1	277
	Total	**1.354**	**221**	**22**	**702**	**2**	**2.301**

Tabela 4 - Escolaridade e etnia dos produtores no Vale do Arinos, Mato Grosso, 2017

É relevante destacar que os resultados refletem a supremacia da escolaridade das pessoas de cor branca sobre as demais. Para Meinerz e Ströher (2022) a supremacia da classe hegemônica é tecida ao longo da história e permeia o imaginário coletivo, contribuindo para que as novas gerações herdem os privilégios simbólicos e materiais de seus antepassados, que incluem benefícios como concessões de terras, liberdade de culto religioso, acesso à educação e atividades econômicas. Enquanto isso, os descendentes de negros e indígenas muitas vezes carregam o fardo do estigma de antepassados escravizados ou marginalizados pelo contato com colonizadores europeus, excluídos do acesso legal à terra, trabalho e educação (MEINERZ e STRÖHER, 2022).

Como resultado, as vantagens históricas se perpetuam e as desigualdades de oportunidades entre brancos e não-brancos são evidenciadas em estatísticas econômicas e sociais, como as encontradas no Vale do Arinos. Muller et al. (2015) destacam que em Mato Grosso existem poucas informações sobre as comunidades remanescentes de quilombos e a posse da terra, indicando que este grupo é normalmente preterido quando na distribuição e/ou titulação de terras. A história demonstra que a oportunidade de adquirir terras no Brasil normalmente é dada àqueles da classe hegemônica, normalmente masculina e branca (SABBATO et al., 2009), o que pode ser observado no Vale do Arinos (Tabela 4) e em Mato Grosso (VIEIRA e FABRINI, 2024).

Em relação aos locais de domicílio, os agricultores do Vale do Arinos, em sua maioria (73,7%) residem no estabelecimento, o que seria esperado, mas chama a atenção o número de residentes em outros locais (26,3%) (Tabela 5), indicando que parte deles podem estar em busca de um ambiente mais confortável e com comodidades, como as cidades, não investindo nas residências de suas propriedades. A proximidade com as urbes pode facilitar este processo e propriedades com este tipo de configuração devem ter determinados tipos de atividades que não exigem uma presença diária no local, com a criação de animais de forma extensiva.

Município	Estabelecimento	Outro local	Total
Juara	832	318	1.149
Novo Horizonte do Norte	367	78	448
Porto dos Gaúchos	95	54	149
Tabaporã	402	156	558
Vale do Arinos	1.696	606	2.302

Tabela 5 - Local de residência dos agricultores familiares, Vale do Arinos, Mato Grosso, 2017

O Atlas do Espaço Rural Brasileiro (IBGE, 2017) indica que entre 2006 e 2017 o Brasil apresentou aumento de 4,3 pontos percentuais do absenteísmo rural, situação em que o produtor não reside no estabelecimento agropecuário. Em 2006 a região sudeste apresentava 27,9% de absenteísmo e em 2017, 35,2% (aumento de 7,3%), enquanto a região norte, em 2006, 87,4% de produtores dirigentes residentes no estabelecimento e em 2017, 80,3% (IBGE, 2017). Tais informações demonstram que mesmo nas regiões com maior número de produtores residentes está ocorrendo uma tendência de ausência das propriedades, situação provavelmente relacionado a uma série de fatores, tais como acesso à educação, entre outros já mencionados.

Nas propriedades rurais a energia elétrica tem sido fonte de inovação no trabalho, produção e qualidade de vida, pois ocasiona maiores oportunidades de comunicação, utilização de utensílios domésticos e outras formas de trabalho produtivo, além de permitir que sejam armazenados produtos e alimentos, com incremento na produtividade e rentabilidade. No Vale do Arinos existiam em 2017 o total de 23,9% de propriedades da agricultura não familiar com luz elétrica e 59,1% propriedades da agricultura familiar com luz elétrica (Tabela 6).

Municípios	Não familiar			Agricultura familiar		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Juara	396	144	540	915	234	1.149
Novo Horizonte do Norte	97	6	103	428	17	445
Porto dos Gaúchos	132	19	151	119	30	149
Tabaporã	161	37	198	484	74	558
Total	**786**	**206**	**992**	**1.946**	**355**	**2.301**

Tabela 6 - Existência de energia elétrica nas propriedades de agricultura familiar, Vale do Arinos, Mato Grosso, 2017

De acordo com Ribeiro e Santos (1994), o fornecimento de energia elétrica é uma função social do Estado, delegada às concessionárias. No entanto, determinados grupos de produtores rurais, devido ao seu perfil associado a pobreza como padrão de renda, dispersão geográfica e distâncias, bem como dificuldades técnicas específicas, são vistos como um mercado pouco atraente. Existem diversos motivos que dificultam seu atendimento, principalmente em regiões isoladas e deste modo, muitas vezes esses produtores representam um dilema institucional para o governo e concessionárias, faltando apoio de políticas públicas e programas de eletrificação rural, o que pode ser observado em alguns municípios.

O acesso à energia elétrica é importante no campo, tanto no aspecto de eficiência econômica quanto na integração social, embora as barreiras para sua universalização, como a dispersão espacial que induz a maiores custos de implantação e o menor consumo sejam um problema para as concessionárias (JERONYMO e GUERRA, 2018). Os autores escrevem que ao longo do século XX foram implementados vários programas de eletrificação rural, como PROLUZ (I e II), Luz da Terra, Luz no Campo e o Programa Luz Para Todos, que ampliaram o acesso à prestação do serviço, embora não tenham conseguido atender ao conjunto total das famílias interessadas no fornecimento. Tal situação pode ocorrer nos dois grupos, produtores familiares e não familiares, embora muitas vezes os produtores familiares de baixa renda possam ter alguma vantagem neste quesito, como observado no Vale do Arinos, esse não é o padrão encontrado na maioria dos assentamentos, como relatado por Bergamasco (1997).

A principal atividade agropecuária no Vale do Arinos é a criação de bovinos de corte (Tabela 7), enquanto lavouras temporárias existem em pequena escala, com o cultivo de espécies frutíferas (abacaxi, por exemplo), além do plantio de arroz, cana-de-açúcar, mandioca e milho, entre outros, sem a presença de plantações permanentes, como citrus (IBGE, 2017). A predominância na criação de animais de corte foi verificada em outras áreas da agricultura familiar no estado (VIEIRA e FABRINI, 2024), indicando que o Vale do Arinos segue o padrão do estado, um grande produtor de carne (IBGE, 2017).

	2006					2017				
	N	Bovinos	Equinos	Suínos	Aves	N	Bovinos	Equinos	Suínos	Aves
Juara	649	93.575	5.139	4.115	30.993	1.085	130.610	2.251	4.018	43.907
NHN	387	28.833	869	1.820	23.801	434	32.921	571	1.260	18.841
PG	218	20.632	1.084	1.278	12.162	137	15.566	151	1.143	5.127
Tabaporã	423	31.948	1.689	2.002	11.993	503	32.279	626	3.000	25.858
Total	**1.677**	**174.988**	**8.781**	**9.215**	**78.949**	**2.159**	**211.376**	**3.599**	**9.421**	**93.733**

Tabela 7 - Tipos de atividades de criação desenvolvidas nas áreas de agricultura familiar, Vale do Arinos, Mato Grosso, 2006-2017

O número de estabelecimentos com cria de animais cresceu 28,7%, no período de 2006 a 2017, passando de 1.677 para 2.159, além de significativa evolução nos rebanhos bovinos (2006 - 174.988 animais → 2017 - 211.376 animais), com acréscimo de 20,8%, além do aumento nas criações de aves, com evolução positiva de 18,7%. Já a quantidade de suínos manteve-se estável (aumento de 2,2%), enquanto o número de equinos teve decréscimo expressivo (redução de 59,0%) (Tabela 7). É

interessante a redução de equinos, levando-se em consideração que os cavalos são animais de trabalho em fazendas de pecuária e no Vale do Arinos aumentou o número de bovinos. Deste modo deve estar ocorrendo um novo tipo de manejo, em que a presença de muitos equinos não é relevante para os cuidados como os bovinos.

Mato Grosso é conhecido por possuir um dos maiores rebanhos brasileiros de bovinos e Juara, um dos maiores rebanhos bovinos do estado (IBGE, 2017). Deste modo, o aumento na produção de bovinos no Vale do Arinos segue a tendência estadual, de aumento dos rebanhos e uma participação cada vez maior na matriz econômica mato-grossense (VIEIRA e FABRINI, 2024). Picolotto (2015) descreve que a agricultura familiar no estado tem forte base na pecuária e representa um modelo de organização centrado na empresa familiar, com vantagens sociais, econômicas e ambientais, em relação ao modelo patronal.

CONCLUSÃO

A análise do perfil socioeconômico evidencia transformações significativas e relevantes no perfil da agricultura familiar do Vale do Arinos, que ainda representa a maioria dos estabelecimentos rurais na região, apesar da redução observada em comparação a censos anteriores. O estudo demonstrou que a agricultura familiar continua sendo fundamental para a segurança alimentar, a geração de empregos no campo e a dinamização da economia local.

Os dados, contudo, também revelam dificuldades e desafios importantes, como o envelhecimento dos produtores, a diminuição da participação relativa da agricultura familiar frente ao avanço do agronegócio e a concentração fundiária persistente. Em alguns municípios, como Juara e Novo Horizonte do Norte, observa-se crescimento no número de estabelecimentos familiares, enquanto em outros, como Tabaporã e Porto dos Gaúchos, verifica-se retração, apontando para dinâmicas locais distintas que merecem atenção específica.

A aquisição de terras, predominantemente por compra, destaca o acesso desigual à terra como uma realidade na região do Vale do Arinos, especialmente para populações historicamente marginalizadas, como os quilombolas. As evidências indicam a necessidade de políticas públicas que garantam condições de permanência e fortalecimento da agricultura familiar.

Por fim, o estudo reforça a importância da agricultura familiar não apenas como forma de produção, mas como expressão de modos de vida que preservam saberes, culturas e a sustentabilidade no campo. Valorizar e fortalecer esse setor é essencial para o desenvolvimento rural com justiça social e equilíbrio ambiental na região do Vale do Arinos, no estado de Mato Grosso e em todo o país.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela bolsa de doutorado e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de produtividade em pesquisa (PQ1C), concedidas. Ao apoio financeiro do CNPq e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e à Universidade ..., pelo financiamento do Grupo de Pesquisa.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. Estudos Avançados, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997. https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000300003

BORIS, E. Produção e reprodução, casa e trabalho. Tempo Social, v. 26, n. 1, p. 101-121, 2014. https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100008

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado. Acessado em 29 de nov. de 2021.

BRASIL, Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Diário Oficial da União, de 26.02.1993. pág. nº 2349. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acessado em 14 mai. de 2024.

BRASIL. Lei n.o 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1-2, 25 jul. 2006. Disponível em https://https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acessado em 14 fev. de 2024.

BRASIL. Decreto n.o 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 103-A, p. 11, 31 maio de 2017. Edição extra. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acessado em: 20 fev. de 2024.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista de Estudos Femininos, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011

COSME, C. M. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo censo agropecuário 2017. Revista Pegada, v. 21, n. 1, p. 81-109, 2020. https://doi.org/10.33026/peg.v21i1.7336

COUTO, V. A. Agronegócio & agriculturas familiares: Crítica do discurso único para dois Brasis. Salvador: UFBA, 2013.

FACHIM, O. Fundamentos de metodologia: Noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.) Estatísticas rurais e a economia feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 13-29.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações das configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Resultados. 2006. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/tabela/843#resultado. Acessado em 18.02.2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Resultados definitivos. 2017. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778. Acessado em: 14.02.2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas do espaço rural brasileiro - Coordenação de Geografia. 2ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022. Cidades e estados - densidade demográfica. Censo 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados - Atualizado em 22/12/2023. Disponível em https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html. Acessado em 12.02.2024.

JERONYMO, A. C. J.; GUERRA, S. M.-G. Caracterizando a evolução da eletrificação rural brasileira. Redes, v. 23, n. 1, p. 133-156, 2018. https://doi.org/10.17058/redes.v23i1.9816

LIMA, E. C. S.; MATIAS, R.; PINA, J. C.; OLIVEIRA, A. K. M. A expansão da cultura canavieira em municípios pertencentes aos escritórios de desenvolvimento rural de Fernandópolis e Jales, São Paulo, entre 1984 e 2014. Revista de Geografia, v. 37, n. 3, p. 329-346, 2020. https://doi.org/10.51359/2238-6211.2020.247413

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Gabinete. Instrução Normativa n.º 99, de 30 de dezembro de 2019. Diário Oficial da União, Publicado em: 31/12/2019, Edição: 252, Seção: 1, Página: 52. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_99_2019.pdf. Acessado em: 07 out. 2024.

MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, J. S. O cativeiro da terra. 9ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MATO GROSSO. Lei n.º 1.945, de 11 de novembro de 1963. Criação do Município de Porto dos Gaúchos desmembrado do Munícipio de Diamantino. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, de 22.11.1993.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão Secretaria Adjunta de Planejamento e Governo Digital. Contas regionais: Produto interno bruto de Mato Grosso em 2021. Cuiabá: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão Secretaria Adjunta de Planejamento e Governo Digital, 2023.

MEINERZ, C. B.; STRÖHER, C. E. Branquitude, privilégio de cor e história ensinada: perspectiva de jovens estudantes em região de colonialidade germânica. História & Ensino, v. 27, n. 2, p. 72-99, 2022. http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.2021v27n2p72

MEYER, H. (Org.). Porto dos Gaúchos: Os primórdios da colonização da Gleba Arinos, na Amazônia brasileira. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2015.

MULLER, M. L. R.; SANTOS, A. M.; MOREIRA, N. L. M. Quilombos e quilombolas em Mato Grosso. Revista da ABPN, v. 8, n. 18, p. 7-24, 2015.

OLIVEIRA, A. U. Geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto-EDUSP, 1988.

PICOLI, F. O capital e a devastação da Amazônia. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, Supl. 1, p. 63-84, 2015. https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004

RIBEIRO, F. S.; SANTOS, J. F. M. Políticas de eletrificação rural: superando dilemas institucionais. Revista do BNDES, v. 1, n. 2, p. 131-152, 1994. Disponível https://web.bndes.gov.br

SABBATO, A. D.; MELO, H. P.; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N. Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

SANTOS, P. C. R. Reforma agrária no Brasil: Fundamentos, história, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Contexto, 2019.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. Revista Geografar, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2010. http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17780

SILVA, G. E. Narrativas de vida dos assentados no projeto Vale do Arinos. Revista Mercator, v. 17, e17011, 2018. https://doi.org/10.4215/rm2018.e17011

SILVA, J. G. O que é questão agrária. 16ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

SILVA, L. O. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850. 2ed. Campinas: Unicamp, 2008.

VIEIRA, A. N. C.; FABRINI, J. E. Perfil dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado de Mato Grosso com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017. Informe GEPEC, v. 28, n. 1, p. 86-106, 2024. https://doi.org/10.48075/igepec.v28i1.31356

ZENERATTI, F. L. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. Revista Katálysis, v. 24, n. 3, p. 564-575, 2021. https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79558

Afiliação dos Autores

Campos, L.A. - Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso, Juara (MT), Brasil
Oliveira, A.K.M - Professor da Universidade Anhanguera-Uniderp, Campo Grande (MS), Brasil
Silva, G.E. - Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso, Juara (MT), Brasil

Contribuição dos Autores

Campos, L.A. - O autor contribuiu para a elaboração, realização e manipulação dos dados e redação
Oliveira, A.K.M - O autor contribuiu para a elaboração, realização e manipulação dos dados e redação
Silva, G.E. - O autor contribuiu para a elaboração, realização e manipulação dos dados e redação

Editores Responsáveis

Alexandra Maria Oliveira
Alexandre Queiroz Pereira
Eduardo Von Dentz